

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DOS CRIMES DE TRÁFICO E AFINS

Por **Paulo Queiroz**

1. Introdução.....	11
1.1. Crime e castigo na Lei nº 11.343/2006	13
2. Bem jurídico protegido.....	21
3. Posse de droga para consumo pessoal: da despenalização ou descriminalização do uso da maconha?	23
4. O art. 28, que criminaliza a posse de droga para consumo, é inconstitucional.....	32
5. Distinção entre porte para consumo e tráfico de droga.....	34
6. Tipos penais em branco e princípio da reserva legal	36
7. Princípio da especialidade	40
8. Consumação e tentativa.....	41
8.1. Flagrante provocado, esperado, ação controlada etc.	42
9. Classificação dos crimes	47
9.1. Crime hediondo	47
9.2. O tráfico e afins são crimes dolosos.....	50
9.3. O tráfico é o tipo principal; todos os demais são acessórios/ subsidiários	52
9.4. O tráfico e afins são crimes de perigo e de mera conduta...	53
9.5. O tráfico e afins são crimes comissivos	54
9.6. O tráfico e afins são crimes de múltipla ação.....	54

9.7. O tráfico e afins são crimes instantâneos	55
9.8. O tráfico e afins são crimes comuns	55
10. Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>)?	56
11. Elementos constitutivos e retroatividade da lei.....	59
12. Princípios da insignificância e da irrelevância penal do fato – o plantio da maconha para produção do canabidiol e outros canabinoides	60
13. Vedação de pena restritiva de direito na nova lei de drogas	70
14. Progressão de regime, liberdade condicional e saída temporária – restrições à função socializadora da pena pelo Pacote Anticrime e pela Lei 14.843/2024	72
15. A individualização judicial da pena	81
16. Sobre a causa de redução de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas (“tráfico privilegiado”)	82
16.1 Dosimetria da pena e <i>bis in idem</i> no tráfico privilegiado.....	91
16.2. Reincidência e tráfico privilegiado	100
17. O problema da reincidência.....	103
17.1. Reincidência e a Súmula 241 do STJ.....	103
17.2. Reincidência específica e o Tema Repetitivo 1172 do STJ ..	104
17.3. Abolir a reincidência	105
18. Erros frequentes na aplicação da pena	108
18.1. Modelo de sentença	111
19. Medida de segurança.....	113
20. A Lei de Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial – a nova política de tratamento e reinserção social do usuário e do dependente de drogas pela Lei nº 13.840/2019	114
21. Causas de aumento de pena: violação do princípio <i>ne bis in idem</i> ..	121

PARTE II CRIMES EM ESPÉCIE

Por **Paulo Queiroz**

1. Porte de droga para uso pessoal.....	123
2. Tráfico de droga (art. 33, <i>caput</i>) e condutas equiparadas	130
2.1. Condutas equiparadas a tráfico	135
2.2. Auxílio ao uso de droga – art. 33, § 2º	143
3. Uso compartilhado de droga (art. 33, § 3º)	145
4. Petrechos para o tráfico (art. 34)	146
5. Associação para o tráfico (art. 35).....	148
6. Financiamento para o tráfico (art. 36)	154
7. Colaborar como informante do tráfico (art. 37)	156
8. Prescrição culposa de droga (art. 38).....	159
9. Conduzir embarcação ou aeronave sob a influência de droga (art. 39)	160

PARTE III PROCEDIMENTO PENAL DA LEI DE DROGAS

Por **Marcus Mota Rivetti Lopes**

1. Considerações iniciais.....	163
2. Da aplicação do procedimento penal da Lei de Drogas – relativização do princípio da especialidade.....	166
3. Do procedimento especial para os crimes de porte e de cultivo droga para consumo pessoal	172
4. Da impossibilidade da prisão em flagrante nos delitos de droga para consumo pessoal.....	179
5. Transação penal aos crimes do art. 28, <i>caput</i> , e § 1º, da Lei de Drogas	189

6.	Da proteção a colaboradores e testemunhas	194
7.	Procedimentos de destruição de drogas apreendidas	198
8.	Da fase investigativa e do novo regime da prisão preventiva da Lei 15.272/2025	203
9.	Disposições específicas para o inquérito policial	216
10.	Relatório final de inquérito e diligências complementares	221
11.	Tramitação direta do inquérito policial entre Ministério Público e Polícia Judiciária: uma prática <i>contra legem</i> ?.....	223
12.	Das diligências complementares.....	228
13.	Técnicas especiais de investigação na Lei de Drogas	237
14.	Da fase judicial	240
14.1.	Considerações iniciais.....	240
14.2.	Fase postulatória	241
14.3.	Competência na lei de drogas	246
14.4.	Oferecimento da denúncia.....	254
14.5.	Instauração da ação penal e designação de audiência de instrução e julgamento	256
14.6.	Da fase decisória – critérios jurisprudenciais de julgamento.....	264
14.7.	Do (não) recolhimento à prisão para apelar	267
14.8.	Efeitos patrimoniais da sentença resolutória de mérito	269
15.	Das medidas assecuratórias na Lei de Drogas	275
15.1.	Considerações iniciais.....	275
15.2.	Pressupostos e requisitos	276
15.3.	Objeto e legitimidade das medidas cautelares patrimoniais	277
15.4.	Procedimento de alienação antecipada de embarcações, aeronaves, maquinários instrumentos e objetos utilizados para o tráfico de droga	285
15.5.	Utilização de bens de interesse público ou social (art. 62) .	291
16.	Confisco constitucional.....	294